

**ATIVIDADE DE HISTÓRIA – SEMANA 08 – PERÍODO 22 A 26
DE JUNHO DE 2020
DISTANCIAMENTO SOCIAL – COVID19
7º ANO A, B, C – PROFESSORA LUCIANA MACHADO
7º ANO D – PROFESSOR JOSÉ APARECIDO CÂNDIDO
7º ANO E – PROFESSOR LUCAS DURÃES**

Unidade Temática: A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano.

Objeto do Conhecimento: A formação e o funcionamento das monarquias europeias: a lógica da centralização política e os conflitos na Europa.

Habilidades do Currículo Paulista: (EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias europeias, bem como as principais características dessas monarquias com vistas à compreensão das razões da centralização política.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS!! 📖😊😊📖

- Assistir a vídeo-aula;
 - Ler e fazer um resumo, no caderno e a caneta, das páginas 14, 15, 16, 17 e 18 do livro didático (quem não tiver, as páginas estão abaixo);
 - Copiar e responder, no caderno, as seguintes questões: 1 e 2 página 15 – 3 e 4 página 17 – 5 e 6 página 18;
-
- Não se esqueça de enviar as fotos das atividades prontas para o seu professor no **Whatsapp privado@@**

DÚVIDAS ESTAMOS A DISPOSIÇÃO!!

BONS ESTUDOS!!!

A crise do sistema feudal e a centralização do poder real

A partir do século XII, em algumas regiões da Europa Ocidental, transformações sociais e econômicas permitiram aos reis submeterem os nobres ao poder monárquico e imporem sua autoridade sobre toda a população. O processo de centralização e fortalecimento do poder real ocorreu de forma gradual, em razão de diversos fatores, como a expansão do comércio, o crescimento das cidades e o enriquecimento da burguesia.

Sob o domínio do rei, os feudos e condados passaram a compor unidades administrativas e políticas mais complexas, os **Estados nacionais** ou **modernos**. Os nobres tornaram-se parte da corte real e foram delimitadas as fronteiras e os territórios nacionais.

A QUEM INTERESSAVA A AUTORIDADE DO REI?

A centralização do poder nas mãos do rei favoreceu a alguns grupos sociais do período. Veja a seguir quais eram os principais interesses nesse processo de centralização.

A crise econômica, a redução demográfica e os altos impostos senhoriais afetavam diretamente os camponeses, que passaram a se rebelar contra a situação de exploração e miséria. Muitos buscavam terras desocupadas para superar a condição de servidão e submissão à nobreza feudal.

Aos reis interessava o apoio da burguesia, que tinha o dinheiro necessário para financiar as despesas do Estado. Uma delas era com o exército nacional, que garantia o monopólio do poder pela força. Além disso, a burguesia, habituada a administrar seus negócios, também podia fornecer pessoal capacitado para a administração pública.

A Igreja Católica temia o fortalecimento dos reis, pois isso poderia representar o fim de muitos privilégios do clero e a redução do seu poder.

IVAN COUTINHO



O fortalecimento dos reis interessava em parte à nobreza. Ao voltar das Cruzadas, muitos nobres encontravam suas terras improdutivas ou abandonadas. Para eles, era vantajoso apoiar um Estado forte e centralizado em troca de alguns privilégios, como isenção de impostos e proteção em caso de revoltas camponesas.

Para a burguesia, a centralização do poder real significava o uso de uma mesma moeda e de um padrão de pesos e medidas único, o que facilitaria as atividades comerciais. Ao mesmo tempo, a cobrança de impostos e a aplicação de leis passaria a ser feita apenas pelo Estado, e não mais pelos feudos, facilitando o comércio entre diferentes regiões e barateando as transações.

Ilustração de Ivan Coutinho representando grupos sociais da Europa no século XV. Criação de 2018 com cores-fantasia.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 18 de fevereiro de 1998.

Características do Estado moderno

Do século XII ao século XV, formaram-se monarquias nacionais em Portugal, Espanha, França e Inglaterra, principais Estados europeus do período.

Os monarcas eram soberanos sobre seu Estado, isto é, sua autoridade não dependia ou se submetia a nenhuma outra e se estendia a todos que nele viviam. Assim, uma das principais características do Estado moderno é a autonomia do governante perante as interferências externas, como as de lideranças religiosas e a influência papal.

É possível caracterizar os Estados modernos, ainda, pela unificação do sistema monetário, pela instituição de leis nacionais, pela criação e manutenção de exércitos e pela organização da arrecadação de impostos.



História em construção

Por que “moderno”?

A palavra *moderno* significa “novo”, “atual”. O surgimento das monarquias nacionais e a configuração dos Estados europeus foram interpretados por historiadores como uma ruptura com as estruturas e os valores típicos da Idade Média. Nascia, então, nesse contexto, o que se denominou “modernidade”, diretamente relacionada aos acontecimentos europeus e restrita à civilização ocidental.

Resgatando os valores da Antiguidade Clássica, a construção da “modernidade” partiu de fundamentos como a valorização da razão e a afirmação de práticas de cidadania. O Estado típico da modernidade, chamado **Estado moderno**, seria, portanto, uma entidade política regida por leis e administrada por funcionários especializados.

O debate em torno do assunto causa controvérsias entre historiadores. Enquanto uns apontam que há exemplos de estruturas políticas semelhantes aos Estados modernos em momentos anteriores, questionando assim o marco histórico convencional, outros apontam que a “modernidade” é um engano, e o que aconteceu foi uma “longa Idade Média” até o século XVIII.

Questões

Responda em seu caderno

1. Qual é o significado desta frase: “Os valores modernos foram baseados nos antigos”?
2. É consensual entre os historiadores que houve uma transição das estruturas medievais para as modernas? Comente.
3. O conceito de modernidade pode ser também aplicado para compreender como viviam os povos não europeus no período? Explique.

Responda em seu caderno

Recapitulando

1. Que fatores contribuíram para a centralização do poder nas mãos dos reis durante a Baixa Idade Média?
2. Que grupos sociais estavam interessados nessa centralização e quais eram as razões desse interesse?



DE AG DAGLI ORTI/AGB PHOTO LIBRARY/KEVSTONE IMAGES - PALÁCIO DE PIMENTEL, VALLADOLID

Representação de funcionários da administração real mostrando ao rei Filipe II a nova planta da cidade de Valladolid, 1562. Azulejos do Palácio Pimentel, Valladolid, Espanha.

Formação dos Estados modernos europeus

Na Europa Ocidental, os primeiros Estados surgiram ao longo da modernidade. Esses Estados não se consolidaram do dia para a noite, mas resultaram de um período de grandes mudanças políticas e sociais.

Reconquista e centralização política na Península Ibérica

Na Península Ibérica, a formação das monarquias nacionais foi um dos resultados da luta dos cristãos contra os mouros – muçulmanos do norte da África que haviam ocupado a região no século VIII. Nessa luta, conhecida como **Reconquista**, os cristãos avançaram sobre os territórios mouros e neles fundaram vários reinos, entre os quais se destacavam os de Leão, Castela, Navarra e Aragão.

Durante as guerras de Reconquista, o rei de Castela concedeu a Henrique de Borgonha, nobre da região da França que havia lutado junto aos castelhanos, o governo do **Condado Portucalense**. Em 1139, Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, proclamou a independência do condado, que passou a se chamar **Reino de Portugal**, consolidando a primeira monarquia centralizada da Europa.

A formação precoce do Estado português e de suas instituições possibilitou a facilitação das atividades comerciais e o fortalecimento da burguesia nacional.

No século XV, os reinos cristãos de Aragão e Castela foram unificados sob a liderança de Fernando e Isabel, conhecidos como os Reis Católicos. Juntos, reconquistaram Granada, expulsando os mouros de seu último reduto na Península Ibérica. Nascia, assim, a **Espanha moderna**.

Por reunir diferentes culturas sob um mesmo governo e território, a imposição da autoridade dos castelhanos sobre as demais regiões ibéricas causou, ao longo dos séculos, conflitos comuns até hoje em locais como a Catalunha e o País Basco.



Fonte: HILGEMANN, Werner; KINDER, Hermann. *Atlas historique*. Paris: Perrin, 1992. p. 182.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A centralização do poder na França

Na França, o processo de centralização do poder começou no século XII, quando o rei Filipe Augusto, da dinastia capetíngia, unificou a moeda em todo o território, iniciou a formação de um exército nacional e adotou outras medidas que favoreciam a burguesia em detrimento da nobreza feudal.

Seus sucessores contribuíram com outras medidas de aceleração do processo de formação do Estado francês. Entre eles destaca-se Filipe IV, o Belo, que fortaleceu a burocracia do Estado, impôs tributos a todos os grupos sociais, incluindo a Igreja, e aumentou o número de soldados do exército.

A Guerra dos Cem Anos

Em 1328, Carlos IV, rei da França, morreu sem deixar herdeiros diretos, o que colocou fim à dinastia capetíngia e provocou um longo período de instabilidade. O rei da Inglaterra, Eduardo III, e Felipe de Valois, nobre francês sobrinho de Carlos IV, reclamaram o direito ao trono. Embora Felipe tenha recebido a coroa, Eduardo III proclamou-se rei da França e da Inglaterra em 1337, iniciando uma guerra que se estendeu por mais de um século (1337-1453). Interrompido por períodos de trégua e recuo de ambas as partes, o conflito terminou em 1453 com a vitória da França.

A guerra destruiu campos cultiváveis e deixou milhares de mortos em ambos os lados. Para lidar com a situação de instabilidade, os senhores feudais recorreram ao poder do rei e a seus exércitos, contribuindo para a consolidação da monarquia nacional francesa.

Saiba mais

Joana d'Arc e a construção do nacionalismo francês

Em 1428, a camponesa Joana d'Arc apresentou-se para lutar junto aos exércitos franceses na Guerra dos Cem Anos. Ela alegava ter sido enviada por Deus para contribuir com a vitória e emancipação da França e, apesar de enfrentar a desconfiança da nobreza, passou a comandar diversas lutas contra a Inglaterra.

A conquista da cidade de Orleans e outros feitos heroicos contribuíram para a construção de uma ideia mítica em torno de Joana d'Arc, que, mesmo acusada de heresia e morta na fogueira em 1431, inspirou as tropas francesas a se empenhar e vencer a guerra.

O mito de Joana d'Arc e o reconhecimento por sua dedicação à nação permaneceram vivos na França e, nos séculos XIX e XX, passaram a ganhar projeção como símbolos do nacionalismo francês.

A entrada de Joana d'Arc em Orleans em 1429,
pintura de Jean-Jacques Scherrer, 1887.
Museu de Belas Artes de Orleans, França.

Responda em seu caderno

Recapitulando

- De que forma a luta contra os mouros na Península Ibérica contribuiu para a formação de Portugal e Espanha?
- Por que é possível afirmar que a Guerra dos Cem Anos contribuiu para o fortalecimento das monarquias nacionais francesa e inglesa?



Inglaterra: os limites do poder real

Na Inglaterra, a centralização monárquica recebeu um forte impulso no século XII, sob o reinado de Henrique II, que estabeleceu tribunais reais, enfraquecendo o poder judicial da nobreza. Entretanto, durante o reinado de seu filho, João I, chamado de João Sem Terra, a cobrança de pesados impostos provocou ainda maior insatisfação entre os nobres, que reagiram e entraram em conflito com a realeza. Derrotado em 1215, o rei foi obrigado a assinar a **Magna Carta**, documento que estabelecia limites ao poder real.

Reconhecida como um dos primeiros documentos legais a registrar a garantia de liberdades universais, a Magna Carta inspirou a redação de Constituições posteriores. A Carta previa a organização de uma assembleia de nobres e clérigos que poderia decidir, entre outras medidas, sobre o aumento na cobrança de impostos. Também impedia que qualquer pessoa fosse presa sem ter sido julgada e versava sobre o direito de propriedade.

Em 1341, com a separação do Parlamento em Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns, também a burguesia ganhava espaço junto à nobreza e ao clero nas decisões políticas da Inglaterra.

A Guerra das Duas Rosas

O alto custo financeiro e humano causado pela longa Guerra dos Cem Anos também contribuiu para a desestabilização da Coroa inglesa. A partir de 1455, as famílias Lancaster e York passaram a disputar o trono da Inglaterra em uma série de conflitos que foram chamados **Guerra das Duas Rosas**. A nobreza dividiu-se no apoio entre os dois lados opostos, o que contribuiu para o seu enfraquecimento e a posterior retomada da centralização monárquica.

Ao longo da guerra transcorreram episódios de grande violência; muitas pessoas foram mortas e cidades e aldeias inteiras destruídas. Com o apoio da burguesia, Henrique Tudor, da família Lancaster, assumiu o poder na Inglaterra em 1485 como Henrique VII, pondo fim aos conflitos. Seu governo e o de seus sucessores foram marcados por uma série de medidas de centralização do poder, processo que havia sido interrompido pela Magna Carta.

Afresco de Henry A. Payne, c. 1910. Palácio de Westminster, Londres, Reino Unido. William Shakespeare representou a Guerra das Duas Rosas na peça *Henrique VI*, de 1590. Na imagem, ilustrou-se a cena da escolha das rosas: vermelha para os Lancaster, branca para os York.

Recapitulando

Responda em seu caderno

5. O que foi a Magna Carta e o que ela previa?
6. De que forma a Guerra das Duas Rosas contribuiu para o processo de centralização política na Inglaterra?



BRIDGEMAN IMAGES/NEVISTONE BRADLE - HOUSES OF PARLIAMENT, WESTMINSTER, LONDON

Reprodução proibida. Art. 174 do Código Penal e Lei 9.127 de 11 de fevereiro de 1996.